



*Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul*  
*Comarca de Coxim*  
*Vara Criminal - Infância e Juventude*

Coxim/MS, 15 de junho de 2015

Ofício nº 1152/2015

**Autos nº 0001402-54.2015.8.12.0011**

**Ação:** Medidas Protetivas de Urgência (Lei Maria da Penha)

**Requerente:** Flávia Ferreira da Silva

**Requerido:** Gilmaro Santos Souza

**Ao Ilmo. Sr. Tenente Coronel Adão Rosa dos Santos Gomes**  
**MD. Comandante do 5º Batalhão da Polícia Militar de Coxim/MS.**

Senhor Comandante:

Com o presente e para os devidos fins, encaminho a Vossa Senhoria a inclusa decisão, extraída dos autos de Medida de Proteção acima mencionado, instaurada contra o acusado **Gilmaro Santos Souza**, Av. Adolfo Alves Carneiro, 438, Bar do Corinthiano, Jd. Por do Sol - CEP 79530-000, Alcinópolis-MS, CPF 004.476.485-51, nascido em 05/04/1979, Brasileiro, natural de Juazeiro-BA, pai Jose Lino Souza, mãe Senhorinha Correa dos Santos, tendo como vítima **Flávia Ferreira da Silva**, Rua Lino Domingos de Oliveira, 182 - CEP 79530-000, Alcinópolis-MS, RG 1584456-SSP/MS, nascida em 24/05/1982, Solteira, Brasileiro, natural de Pedro Gomes-MS, Prendas do Lar, pai Francisco Ferreira de Moura, mãe Maria de Lourdes da Silva. Outros dados: 67-8404-4340, para conhecimento e fiscalização da medida imposta ao acusado, pelo prazo de 30 (trinta) dias a contar da decisão.

Atenciosamente.

**Gislene Cristina Minini Duarte**

**Analista Judiciário**

Assina por determinação

Portaria nº 002/2001

Mod. 778693 - Endereço: Rua João Pessoa, nº 325, Centro - CEP 79400-000, Fone: (67)3291-1377, Coxim-MS - E-mail: cox-vcrim@tjms.jus.br,

SETOR DE CORREIO - Remessa Deste Documento				
X	PROTOCOLO		MALOTE SIMPLES	
	CORREIO SIMPLES		CORREIO COM A.R.	
				MALOTE COM C.R.
				CORREIO COM A.R. M.P.

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por GISELE CRISTINA MININI DUARTE. Para conferir o original, acesse o site [www.tjms.jus.br/esaaj](http://www.tjms.jus.br/esaaj), informe o processo 0001402-54.2015.8.12.0011 e o código 26472F2.



*Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul*  
*Comarca de Coxim*  
*Vara Criminal - Infância e Juventude*

**Autos 0001402-54.2015.8.12.0011 - Medidas Protetivas de Urgência (Lei Maria da Penha)**

**Réu(s): Gilmaro Santos Souza**

**Vítima: Flávia Ferreira da Silva**

**DECISÃO**

Trata-se de requerimento formulado pelo Delegado de Polícia de Coxim, Dr. Gustavo Mussi, em que se postula a aplicação de medidas de proteção à mulher vítima de violência doméstica e/ou familiar.

Segundo as informações da autoridade policial, a vítima, em data recente, teria sofrido ameaças e agressões, de seu ex-companheiro, o que justificaria a aplicação das medidas previstas na nova Lei 11.340/06.

Instado a se manifestar, o Ministério Público Estadual opinou pelo acolhimento do pedido (fls. 22/24).

Relatei o necessário. Decido.

Como bem colocou o *Parquet*, a Lei 11.340/06 trouxe notório avanço no que toca à proteção da mulher vítima de violência doméstica ou familiar, prevendo um extenso rol de medidas cautelares e protetivas colocadas à disposição do magistrado para efetivo resguardo da integridade, física e moral, da vítima, de seus familiares e eventuais testemunhas.

No caso dos autos, uma vez demonstradas as agressões sofridas pela ofendida, impõe-se a aplicação das medidas postuladas pela autoridade policial, como autoriza a novel legislação protetiva.

Com efeito, a condição de mulher e de companheira/ex-companheira é haurida da própria declaração realizada pela vítima perante a autoridade policial. A violência, por sua vez, encontra-se caracteriza por meio do referido relato, assim como pelo fato de a vítima ter procurado a polícia para registrar a ocorrência dos fatos. Por fim, sem dúvida, a espera pela 'certeza' das agressões pode tornar inócua a ação judicial.

**Pelo exposto**, com base nos artigos 18 e seguintes da Lei 11.340/06 e com o parecer, determino ao agressor mantenha-se à distância mínima de 300 metros da ofendida, de seus familiares ou testemunhas; não mantenha contato, de nenhuma espécie, com a ofendida, seus familiares ou testemunhas.



*Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul*  
*Comarca de Coxim*  
*Vara Criminal - Infância e Juventude*

Ressalto que tais medidas serão aplicadas em caráter de urgência, pelo prazo de 30 (trinta) dias, podendo, ainda, ser revista oportunamente, na audiência de interrogatório ou na audiência prevista no artigo 16 da Lei 11.340/06.

Intime-se o autor dos fatos para que cumpra as medidas determinadas, advertindo-o de que são provisórias e de que o seu descumprimento importará a sua **prisão**.

Dê-se ciência à autoridade policial, que zelará pelo cumprimento das medidas e, ainda, deverá imprimir andamento preferencial às investigações, as quais deverão ser concluídas no prazo de noventa dias, nos termos da Lei 11.340/06.

Intime-se a vítima das medidas impostas, advertindo-a de que deverá informar à autoridade policial o eventual descumprimento pelo autor dos fatos.

Autorizo ao Sr. Oficial de Justiça, se necessário, solicitar reforço policial para assegurar o cumprimento desta decisão.

Por fim, quanto a representação pela Autoridade Policial acerca da decretação da prisão preventiva, verifica-se que não estão presentes os seus requisitos, uma vez que a medida protetiva concedida à vítima já estava com prazo expirado, conforme pode ser observado nos autos de n. 00574-58.2015, quando da prática, em tese, desse novo delito, não se preenchendo, *in casu*, os requisitos previstos nos art. 312 e art. 313 ambos do CPP.

Ciência ao Ministério Público Estadual.

Às providências e intimações necessárias.

Coxim - MS, 11 de junho de 2015.

**Tatiana Dias de Oliveira Said**

Juíza de Direito

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por TATIANA DIAS DE OLIVEIRA SAID. Para conferir o original, acesse o site [www.tjms.jus.br/esaj](http://www.tjms.jus.br/esaj), informe o processo 0001402-54.2015.8.12.0011 e o código 262B936.